


SUMÁRIO

Capítulo 1


INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	35
1. Conceito de Estado	35
1.1. Poderes do Estado	36
2. Governo X Estado.....	37
3. Administração Pública	37
4. Direito Administrativo.....	39
4.1. Conceito.....	39
4.1.1. Critérios de definição do Direito Administrativo	41
4.1.2. Direito Administrativo e a Ciência da Administração	43
5. Codificação e fontes do Direito Administrativo.....	43
5.1. Competência para legislar	47
6. Interpretação do Direito Administrativo	47
7. Evolução histórica do Direito Administrativo.....	48
8. Sistemas de controle da atuação administrativa.....	49
8.1. Sistema administrativo brasileiro	50
9. Relação com outros ramos do Direito	51
10. Regime Jurídico Administrativo	52
11. Constitucionalização do direito administrativo.....	53
12. Quadro Sinóptico	54
13. Súmulas	59
13.1. Súmulas do STF	59
14. Questões de concursos	59

Capítulo 2

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	63
1. Definição	63
1.1. Princípios e regras	64
1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado	66
1.1.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.....	68
2. Princípios de Direito Administrativo.....	69
2.1. Princípio da Legalidade.....	69
2.2. Princípio da Impessoalidade.....	73
2.2.1. Princípio da intranscendência.....	76
2.3. Princípio da Moralidade.....	76
2.4. Princípio da Publicidade	77
2.5. Princípio da Eficiência	81
2.6. Princípios do Contraditório e da Ampla defesa	82
2.7. Princípio da Continuidade.....	86


2.8. Princípio da Autotutela	93
2.9. Princípio da Razoabilidade.....	94
 Vídeo.....	96
2.10. Princípio da Proporcionalidade	96
2.11. Princípio da Motivação	97
2.12. Isonomia.....	99
2.13. Finalidade	101
2.14. Especialidade	103
2.15. Segurança jurídica.....	103
2.16. Presunção de legitimidade e de veracidade das condutas estatais.....	105
3. Dever de observância dos princípios.....	107
4. Quadro Sinóptico	107
5. Súmulas	114
5.1. Súmulas do STF	114
5.2. Súmulas do STJ	115
6. Jurisprudências 2019/2020	115
6.1. Informativos do STJ	117
7. Questões de concursos	119

Capítulo 3

PODERES ADMINISTRATIVOS	125
1. Introdução	125
1.1. Uso e abuso de poder.....	126
2. Discricionariedade e vinculação.....	127
2.1. Poder Vinculado	128
2.2. Poder Discricionário	128
3. Controle judicial da atividade administrativa discricionária.....	130
4. Poderes administrativos.....	130
4.1. Poder Normativo ou Poder Regulamentar	131
4.1.1. Regulamentos.....	131
4.1.2. Espécies de Regulamentos	132
4.1.3. Consulta pública	134
4.2. Poder Hierárquico.....	134
4.3. Poder Disciplinar	136
4.4. Poder de Polícia	139
 Vídeo.....	141
4.4.1. Polícia administrativa X Polícia judiciária	141
4.4.2. Discricionariedade e vinculação dos atos de polícia.....	141
4.4.3. Natureza dos atos de polícia	142
4.4.4. Delegação dos atos de Polícia.....	143
4.4.4.1. Ciclos de Polícia e delegação.....	145
4.4.5. Atributos do Poder de Polícia	146
4.4.6. Prescrição das sanções de polícia.....	147


4.4.7. Atos de polícia previstos na lei 13.979/20 (situação de pandemia de COVID-19)	148
4.5. Aprofundamento para provas subjetivas	150
5. Quadro Sinóptico	154
6. Súmulas	158
6.1. Súmulas do STF	158
6.2. Súmulas do STJ	158
7. Jurisprudências 2019/2020	158
7.1. Informativos do STJ	161
7.2. Informativos do STF	161
8. Questões de Concursos	162


Capítulo 4

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	167
1. Introdução	167
1.1. Princípios inerentes à organização administrativa	168
2. Prestação da atividade pública	169
2.1. Descentralização X Desconcentração	171
2.2. Espécies de descentralização	171
3. Administração direta	172
3.1. Órgãos públicos	173
3.1.1. Classificação de órgãos	176
3.1.2. Teorias da manifestação de vontade do órgão	178
4. Administração Indireta	179
4.1. Entes da Administração Indireta	180
4.1.1. Características gerais	181
5. Autarquias	184
5.1. Regime jurídico aplicável às autarquias	185
5.2. Autarquias profissionais	193
5.3. Autarquias territoriais	197
5.4. Autarquias em regime especial	197
5.4.1. Autarquias Culturais - Universidades públicas	197
5.4.2. Agências reguladoras	198
 Vídeo	198
5.4.2.1. Regime especial	199
5.4.2.2. Poder normativo e atos decisórios	202
5.4.2.3. Articulação entre Agências Reguladoras e entre essas Agências e demais órgãos de controle	203
5.4.2.4. Espécies de Agências reguladoras	204
5.4.2.5. Regime de pessoal	205
5.4.2.6. Licitação	207
5.4.2.7. Teoria da captura	207
5.5. Agências Executivas	208
6. Fundações Públicas	210
6.1. Natureza jurídica	211

6.1.1. Fundação Pública de Direito Privado.....	212
6.1.2. Fundação Pública de Direito Público.....	214
7. Empresas estatais	217
7.1. Finalidades das empresas estatais	219
7.2. Regime Jurídico das empresas estatais.....	220
7.3. Empresas subsidiárias das empresas estatais e empresas controladas	231
7.4. Estrutura das Empresas Estatais.....	233
7.4.1. Requisitos de transparência.....	233
7.4.2. Conselho de Administração e Conselho Fiscal	234
7.5. Licitações e contratos firmados pelas empresas estatais	235
7.6. Controle das entidades.....	236
8. Aprofundamento para provas subjetivas	236
9. Quadro Sinóptico	238
10. Súmulas	251
10.1. Súmulas do STF	251
10.2. Súmulas do STJ	252
10.3. Súmulas do TST	252
11. Jurisprudências 2019/2020	252
11.1. Informativos do STJ	253
11.2. Informativos do STF.....	255
12. Questões de Concursos	256



Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS	263
1. Atos jurídicos.....	263
2. Atos administrativos X Atos da administração	264
3. Ato administrativo	266
3.1. Conceito.....	266
3.2. Atos vinculados e Atos discricionários	268
4. Elementos ou requisitos do ato administrativo	270
4.1. Competência.....	271
4.1.1. Características da competência administrativa	272
4.2. Finalidade	276
4.3. Forma.....	279
4.3.1. Silêncio Administrativo	280
4.3.2. Vício no elemento forma	282
4.4. Motivo.....	283
4.4.1. Motivo e motivação.....	285
 Vídeo.....	288
4.5. Objeto	289
4.6. Elementos discricionários e vinculados.....	290
5. Elementos e pressupostos do ato administrativo no entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello	291
6. Atributos do ato administrativo.....	292

6.1.	Presunção de veracidade.....	293
6.2.	Presunção de legitimidade.....	293
6.3.	Imperatividade.....	294
6.4.	Exigibilidade.....	295
6.5.	Executoriedade ou autoexecutoriedade.....	295
6.6.	Tipicidade.....	296
7.	Fases de constituição do ato administrativo.....	296
7.1.	A perfeição.....	296
7.2.	A validade.....	297
7.3.	A eficácia.....	297
7.3.1.	Elementos acidentais do ato administrativo.....	299
7.3.1.1.	Condição.....	299
7.3.1.2.	Termo.....	299
7.3.1.3.	Encargo.....	299
7.4.	Atos após a formação.....	300
8.	Classificação dos atos administrativos.....	301
8.1.	Quanto ao grau de liberdade, os atos se dividem em vinculados e discricionários.....	301
8.2.	Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, complexos ou compostos.....	301
8.3.	Quanto aos destinatários, os atos podem ser gerais ou individuais.....	303
8.4.	Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império, de expediente ou atos de gestão.....	303
8.5.	Quanto à estrutura, os atos podem ser concretos ou abstratos.....	304
8.6.	Quanto aos efeitos, os atos se dividem em constitutivos e declaratórios.....	304
8.7.	Quanto aos resultados na esfera jurídica os atos podem ser ampliativos ou restritivos.....	304
8.8.	Quanto ao seu alcance, os atos administrativos podem ser internos ou externos.....	305
9.	Espécies de atos administrativos.....	305
9.1.	Atos normativos.....	305
9.2.	Atos ordinatórios.....	307
9.3.	Atos negociais.....	308
9.4.	Atos enunciativos.....	312
9.5.	Atos punitivos.....	315
10.	Extinção dos atos administrativos.....	315
10.1.	Extinção natural.....	315
10.2.	Renúncia.....	316
10.3.	Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai.....	316
10.4.	Retirada.....	316
10.4.1.	Anulação.....	316
10.4.2.	Revogação.....	321
10.4.3.	Cassação.....	322
10.4.4.	Caducidade.....	322
	Vídeo.....	322
10.4.5.	Contraposição (derrubada).....	323


11. Aprofundamento para provas subjetivas de concursos – Estabilização dos efeitos dos atos administrativos	323
12. Quadro Sinóptico	328
13. Súmulas	345
13.1. Súmulas do STF	345
13.2. Súmulas do STJ	345
14. Jurisprudências 2019/2020	345
14.1. Informativos do STF.....	347
15. Questões de concursos	349

Capítulo 6

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	355
1. Fundamento da responsabilidade	355
2. Histórico: evolução da responsabilidade civil do Estado	356
3. Responsabilidade Civil do Estado na CFRB/88.....	358
3.1. Agentes da responsabilidade civil:.....	359
3.2. Responsabilidade Objetiva	361
3.2.1. Teorias da responsabilidade civil do Estado	363
3.3. Responsabilidade por omissão do Estado	365
3.3.1. A Responsabilidade por Omissão e Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado).....	366
 Vídeo.....	368
3.4. Indenização.....	368
3.5. Excludentes de responsabilidade do Estado	369
3.6. Responsabilidade do Agente Público	370
3.6.1. Denúnciação à lide do Agente Público.....	374
3.6.2. Dolo e erro grosseiro	376
3.7. Prazo prescricional	377
3.8. Responsabilidade por obra pública	378
4. Responsabilidade por atos legislativos.....	380
4.1. Leis de efeitos concretos	380
4.2. Leis em sentido formal e material.....	380
5. Responsabilidade por atos jurisdicionais.....	381
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público (Lei Anticorrupção)	382
 Vídeo.....	383
6.1. Responsabilidade administrativa	384
6.2. Processo administrativo.....	385
6.3. Responsabilidade judicial	386
7. Aprofundamento para provas discursivas.....	387
8. Quadro Sinóptico	389
9. Súmulas	394
9.1. Súmulas do STF	394
9.2. Súmulas do STJ	394



10. Jurisprudências 2019/2020	395
10.1. Informativos do STJ	397
10.2. Informativos do STF.....	397
11. Questões de Concursos	398

Capítulo 7

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	405
1. Introdução	405
2. Conceito	406
3. Classificação.....	407
4. Controle Administrativo	411
4.1. Provocação da Administração Pública	414
4.2. Recursos administrativos	415
4.3. Órgãos internos de controle	416
5. Controle Legislativo.....	419
5.1. Controle Parlamentar Direto.....	419
5.2. Controle exercido pelos Tribunais de Contas.....	420
5.2.1. Atribuições do Tribunal de Contas da União	421
6. Controle judicial.....	423
6.1. Ações judiciais.....	425
6.1.1. Mandado de Segurança	425
 Vídeo.....	429
6.1.2. Ação Popular.....	429
6.1.3. Habeas Data.....	430
6.1.4. Ação civil pública	431
6.1.5. Mandado de Injunção	432
6.1.6. Demais ações.....	435
6.2. <i>Atos interna corporis</i>	435
7. Aprofundamento para provas discursivas – anulação de atos administrativo e segurança jurídica	436
8. Quadro Sinóptico	437
9. Súmulas	450
9.1. Súmulas do STF	450
9.2. Súmulas do STJ	451
10. Jurisprudências /2019/2020.....	451
10.1. Informativo do STJ.....	453
11. Questões de Concursos	454

Capítulo 8

LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.520/02 E 12.462/11	461
1. Conceito	461
2. Competência para legislar	462
3. Finalidades do procedimento licitatório	463
4. Princípios norteadores da licitação.....	464
4.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	465

4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	465
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	465
4.4. Princípio do Procedimento Formal	466
4.5. Princípio da Eficácia Administrativa.....	466
4.6. Princípio da isonomia	466
5. Tipos de Licitação.....	467
6. Desempate na licitação.....	468
7. Quem deve licitar.....	470
8. Intervalo mínimo.....	471
9. Comissão	472
10. Modalidades Licitatórias	474
10.1. Concorrência	476
10.2. Tomada de preços	478
10.2.1. Cadastro de interessados.....	479
10.3. Convite.....	480
10.4. Concurso	481
10.5. Leilão.....	482
10.6. Pregão.....	484
10.6.1. Pregão eletrônico.....	485
11. Licitação para registro de preços.....	486
12. Procedimentos licitatórios	487
12.1. Concorrência	487
12.2. Procedimento da tomada de preços.....	504
12.3. Procedimento do Convite	504
12.4. Procedimento do concurso e do leilão	504
12.5. Procedimento do pregão	505
12.5.1. Procedimento do pregão eletrônico	507
12.5.1.1. Dispensa eletrônica	514
13. Licitação internacional.....	514
14. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	515
15. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	516
16. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	518
16.1. Inexigibilidade de licitação.....	519
 Vídeo.....	520
16.1.1. Inexigibilidade de licitação para serviços de advocacia e contabilidade	520
16.2. Dispensa de licitação.....	521
16.3. Procedimento para contratação direta	530
16.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	531
17. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona”	532
 Vídeo.....	535
18. Quadro Sinóptico	535
19. Súmulas	552
19.1. Súmulas do STF	552


19.2. Súmulas do STJ	552
20. Jurisprudências 2019/2020	552
20.1. Informativos do STJ	556
21. Questões de Concursos	557

Capítulo 9

LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021	563
1. Conceito	563
2. Competência para legislar	564
3. Finalidades do procedimento licitatório	566
4. Princípios norteadores da licitação.....	566
4.1. Princípio da Vinculação ao Edital	567
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	567
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	568
4.4. Princípio da competitividade.....	568
4.5. Princípio da Economicidade	568
4.6. Princípio da isonomia	568
4.7. Princípio da segregação de funções.....	569
4.8. Princípio da segurança jurídica.....	570
5. Tipos de Licitação	570
6. Desempate na licitação.....	572
7. Quem deve licitar.....	573
8. Intervalo mínimo	575
9. Agentes da licitação.....	576
10. Modalidades Licitatórias	578
10.1. Concorrência	578
10.2. Concurso	579
10.3. Leilão.....	580
10.4. Pregão.....	581
10.5. Diálogo competitivo	582
11. Licitação para registro de preços.....	583
12. Procedimentos licitatórios	585
12.1. Procedimento comum (concorrência e pregão).....	586
12.2. Procedimento do Diálogo Competitivo.....	607
13. Licitação internacional	608
14. Licitações de grande vulto	609
15. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	610
16. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	612
16.1. Inexigibilidade de licitação	614
16.2. Dispensa de licitação.....	616
16.3. Dispensa para alienação de bens de licitação.....	623
16.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	624
17. Procedimento de manifestação de interesse.....	625
18. Procedimentos auxiliares	626

18.1. Credenciamento.....	626
18.2. Registro cadastral	626
18.3. Pré-qualificação.....	627
19. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona” ou adesão à ata de registro de preços.....	628
Quadro Sinóptico.....	631

Capítulo 10

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.530/02 E 2.462/11 ...	645
1. Introdução	645
2. Conceito	647
3. Competência legislativa.....	648
4. Características dos contratos administrativos.....	648
4.1. Formalismo.....	650
5. Garantia.....	653
6. Cláusulas exorbitantes.....	655
6.1. Alteração unilateral do contrato	655
6.2. Rescisão unilateral do contrato	657
6.3. Fiscalização da execução do contrato	660
6.4. Ocupação temporária de bens	661
6.5. Aplicação de penalidades.....	661
6.5.1. Impedimento Indireto.....	663
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	665
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	666
8.1. Pagamentos feitos ao particular	667
 Vídeo.....	668
9. Teoria da imprevisão	669
10. Subcontratação nos contratos da administração.....	671
11. Duração	672
11.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	672
12. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	675
13. Recebimento do objeto contratual.....	678
14. Formas de extinção do contrato administrativo	679
15. Disposição penais da lei 8.666/93	681
16. Dos contratos administrativos em espécie.....	682
 Vídeo.....	684
17. Convênios.....	688
18. Consórcios Públicos	690
18.1. Fundos patrimoniais	691
19. Regime Diferenciado de Contratações.....	694
19.1. Objetivos	694
19.2. Peculiaridades da lei 12.462/11	695
20. Licitações e contratos das empresas estatais.....	700
20.1. Dispensa e inexigibilidade	700

20.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	703
20.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	703
20.4. Procedimento da licitação	704
20.5. Pré-qualificação permanente	706
20.6. Cadastramento.....	707
20.7. Registro de preços	707
20.8. Prazos de implementação	707
20.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	708
20.9.1. Garantia	708
20.9.2. Duração	708
20.9.3. Alteração bilateral.....	709
20.10. Sanções	710
20.11. Subcontratação	711
20.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	711
20.13. Controle do Tribunal de Contas x autonomia gerencial da empresa.....	713
21. Convênios e contratos de repasse com o poder público	714
21.1. Vedações para celebração de convênios.....	714
21.2. Chamamento público ou concurso de projetos	715
21.3. Cláusulas necessárias do convênio	716
21.4. Prestação de contas.....	716
21.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal	717
21.6. Denúncia e rescisão.....	717
22. Programas de parcerias de investimentos - PPI	718
22.1. Relicitação	719
23. Contratos firmados durante a pandemia de coronavírus.....	721
23.1. Dispensa de licitação.....	721
23.2. Procedimento licitatório.....	722
23.3. Registro de preços	723
23.4. Contratos administrativos firmados durante a pandemia.....	724
24. Aprofundamento para prova subjetiva.....	725
25. Quadro Sinóptico	728
26. Súmulas	745
26.1. Súmulas do STF	745
26.2. Súmulas do TST	745
27. Jurisprudência 2019/2020.....	746
28. Questões de concursos	749

Capítulo 11


CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS TERMOS DA LEI 14.133/21	757
1. Introdução	757
2. Conceito	759
3. Competência legislativa.....	760
4. Características dos contratos administrativos.....	760
4.1. Formalismo.....	763

5. Garantia.....	766
5.1. Cláusula de retomada.....	767
6. Cláusulas exorbitantes / prerrogativas da administração.....	769
6.1. Alteração unilateral do contrato	769
6.2. Rescisão unilateral do contrato	772
6.3. Fiscalização da execução do contrato	776
6.4. Ocupação temporária de bens	776
6.5. Aplicação de penalidades.....	777
6.5.1. Impedimento Indireto.....	780
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	783
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	784
8.1. Pagamentos feitos ao particular	784
9. Teoria da imprevisão	786
10. Alocação de riscos	788
11. Subcontratação nos contratos da administração.....	789
12. Duração.....	790
12.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	791
13. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	794
14. Recebimento do objeto contratual.....	797
15. Formas de extinção do contrato administrativo	798
16. Da solução alternativa de controvérsias.....	802
17. Planos de contratação anual	802
18. Portal nacional de contratações públicas (PNCP).....	802
19. Disposições penais da Lei 14.133/2021.....	804
20. Dos contratos administrativos em espécie.....	805
21. Convênios.....	813
22. Convênios e contratos de repasse com o poder público	815
22.1. Vedações para celebração de convênios.....	816
22.2. Chamamento público ou concurso de projetos	816
22.3. Cláusulas necessárias do convênio	817
22.4. Prestação de contas.....	817
22.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal	818
22.6. Denúncia e rescisão.....	819
23. Consórcios Públicos	819
23.1. Fundos patrimoniais	820
24. Licitações e contratos das empresas estatais.....	823
24.1. Dispensa e inexigibilidade.....	823
24.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	825
24.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	826
24.4. Procedimento da licitação	827
24.5. Pré-qualificação permanente	829
24.6. Cadastramento.....	829
24.7. Registro de preços	830
24.8. Prazos de implementação	830

24.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	830
24.9.1. Garantia.....	831
24.9.2. Duração.....	831
24.9.3. Alteração bilateral.....	831
24.10. Sanções.....	833
24.11. Subcontratação.....	833
24.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	834
24.13. Controle do Tribunal de Contas x autonomia gerencial da empresa.....	835
25. Programas de parcerias de investimentos - PPI.....	836
25.1. Relicitação.....	837
26. Contratos firmados durante a pandemia de coronavírus.....	839
26.1. Dispensa de licitação.....	839
26.2. Procedimento licitatório.....	840
26.3. Registro de preços.....	841
26.4. Contratos administrativos firmados durante a pandemia.....	842
27. Responsabilidade do agente por ato praticado com base em parecer jurídico.....	843
28. Licenciamento ambiental e desapropriação.....	844
29. Aprofundamento para prova subjetiva.....	846
Quadro Sinóptico.....	849

Capítulo 12

SERVIÇOS PÚBLICOS.....	867
1. Conceito.....	867
2. Princípios.....	869
2.1. Dever de prestação pelo Estado.....	870
2.2. Modicidade.....	870
2.3. Atualidade.....	871
2.4. Cortesia.....	871
2.5. Economicidade.....	871
2.6. Generalidade.....	871
2.7. Submissão a controle.....	871
2.8. Continuidade.....	872
2.8.1. Greve de agentes públicos.....	872
2.8.2. Inadimplemento do usuário do serviço.....	876
2.8.3. <i>Exceptio non adimpleti contractus</i>	879
2.8.4. Ocupação temporária de bens e substituição.....	879
2.9. Isonomia.....	880
3. Formas de prestação do serviço público.....	880
4. Classificação.....	883
5. Delegação Contratual de Serviços.....	885
6. Concessão de Serviços Públicos.....	886
6.1. Poder concedente.....	887
6.1.1. Direitos e obrigações do concedente.....	888
6.2. Concessionária.....	890

6.3. Usuários do serviço	892
6.4. Procedimento licitatório.....	893
6.4.1. Modalidades licitatórias diferenciadas	894
6.5. Formalização dos contratos de concessão de serviço público.....	895
6.6. Intervenção	896
6.7. Duração do contrato de concessão	897
6.8. Arbitragem.....	898
6.9. Subconcessão	898
6.10. Remuneração da concessionária	899
6.10.1. Assunção do controle da empresa pelos financiadores	901
6.11. Extinção do contrato de concessão	902
7. Parceria Público-Privada – PPP	904
7.1. Espécies de Parcerias	905
 Vídeo.....	905
7.2. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada.....	906
7.3. Características específicas das parcerias.....	908
7.3.1. Compartilhamento de riscos e de ganhos decorrentes da redução do risco	908
7.3.2. Financiamento do setor privado	908
7.3.3. Pluralidade compensatória.....	909
7.3.4. Garantias do parceiro público.....	910
7.3.5. Diretrizes da lei de PPP	911
7.3.6. Procedimento licitatório	912
7.3.7. Sociedade de Propósito Específico	914
7.3.8. Normas aplicadas no âmbito federal para os contratos de Parcerias Público-Privadas ...	915
8. Permissão de Serviço Público.....	917
9. Autorização de serviço público	919
10. Consórcios Públicos	920
11. Aprofundamento para provas subjetivas – Administração Dialógica	925
12. Aprofundamento para provas subjetivas – consórcios públicos entre união e municípios	926
13. Quadro Sinóptico	927
14. Súmulas	950
14.1. Súmulas do STF	950
14.2. Súmulas do STJ	951
15. Jurisprudências 2019/2020	951
16. Questões de Concursos	954



Capítulo 13


ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR.....	961
1. Setores da Economia.....	961
1.1. Entidades do terceiro setor.....	962
2. Serviço Social Autônomo	963
3. Entidades de Apoio.....	966
4. Organizações Sociais (OS).....	968
4.1. Programa nacional de publicização (PNP).....	972

5. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	973
6. Organizações da sociedade civil (OSC)	975
6.1. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação	976
6.2. Procedimento de manifestação de interesse social.....	977
6.3. Chamamento público	978
6.4. Dispensa e inexigibilidade do certame.....	980
6.5. Organizações da sociedade civil - requisitos.....	981
6.6. Formalização das parcerias	983
6.7. Contratos firmados entre as organizações da sociedade civil e terceiros.....	986
6.8. Liberação de recursos pelo ente estatal e aplicação dos mesmos	986
6.9. Prestação de contas.....	987
6.10. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades.....	988
7. Quadro Sinóptico	989
8. Súmulas	997
8.1. Súmulas do STF	997
9. Jurisprudências 2019/2020	998
10. Questões de concursos	998

Capítulo 14


AGENTES PÚBLICOS	1005
1. Conceito	1005
2. Classificação de agentes.....	1007
2.1. Agentes Políticos	1007
2.2. Particulares em colaboração com o poder público	1009
2.3. Servidores estatais	1010
2.3.1. Servidores temporários	1011
2.3.2. Regime jurídico dos servidores efetivos.....	1012
2.3.3. Servidores celetistas	1020
2.3.4. Servidores estatutários	1022
3. Cargo público, emprego público e função pública.....	1023
3.1. Emprego público	1024
3.2. Cargo Público	1025
3.2.1. Classificação de cargos.....	1026
3.3. Função Pública	1028
4. Requisitos de ingresso no serviço público	1030
4.1. Ampla acessibilidade	1030
4.2. Concurso público	1031
4.2.1. Exceções ao concurso público.....	1033
4.2.2. Regras definidas pelo edital.....	1037
4.2.3. Realização de novo concurso na vigência do certame anterior	1044
4.2.4. Direito subjetivo à nomeação	1044
4.2.4.1. Cadastro de reserva.....	1047
4.2.5. Cláusula de barreira.....	1048
4.3. Nacionalidade brasileira	1049

4.4.	O gozo dos direitos políticos	1049
4.5.	A quitação com as obrigações militares e eleitorais	1049
4.6.	O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo	1050
4.7.	Aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo	1050
4.7.1.	Portadores de necessidades especiais.....	1050
4.7.2.	Limite de idade	1051
4.7.3.	Exame psicotécnico	1053
4.8.	Atividade jurídica.....	1055
4.9.	Vedação ao nepotismo.....	1057
4.10.	Vagas reservadas para negros e pardos.....	1060
4.11.	Terceirização de atividade pública	1061
5.	Estabilidade	1062
5.1.	Conceito e evolução constitucional	1063
5.2.	Empregos públicos.....	1066
5.3.	Dispensa do servidor estável.....	1067
5.4.	Estabilidade x Estágio probatório	1070
5.5.	Vitaliciedade	1072
6.	Direito de greve do servidor público.....	1073
7.	Provimento	1076
7.1.	Provimento Originário.....	1076
7.2.	Provimento Derivado.....	1077
7.2.1.	Provimento derivado vertical	1078
7.2.2.	Provimento derivado horizontal.....	1079
7.2.3.	Provimento derivado por reingresso.....	1079
	Vídeo.....	1080
8.	Vacância.....	1082
9.	Acumulação de Cargos.....	1084
	Vídeo.....	1086
9.1.	Acumulação de cargos na carreira militar	1088
10.	Deslocamento	1088
10.1.	Remoção.....	1088
10.2.	Redistribuição.....	1090
11.	Remuneração do Servidor Público.....	1091
11.1.	Irredutibilidade de Remuneração	1092
11.2.	Salário Mínimo	1094
11.3.	Pagamento em atraso	1095
11.4.	Vinculação e equiparação de remunerações	1095
11.5.	Subsídios.....	1096
11.6.	Teto remuneratório	1097
11.7.	Desconto na remuneração do servidor público.....	1099
11.8.	Honorários Advocatícios dos Advogados Públicos.....	1100
12.	Vantagens.....	1101
12.1.	Indenização.....	1101

12.2. Gratificações	1105
12.3. Adicionais	1107
13. Férias	1109
14. Licenças	1110
15. Afastamentos.....	1113
15.1. Afastamento para o exercício de mandato eletivo.....	1113
15.2. Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade	1114
15.3. Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	1114
15.4. Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil.....	1115
16. Concessões.....	1115
17. Regime Disciplinar	1117
17.1. Responsabilidade do servidor público.....	1117
17.2. Responsabilidade do servidor público pelos atos praticados durante a pandemia de COVID-19.....	1118
18. Infrações e Sanções administrativas	1119
18.1. Demissão	1120
18.2. Cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.....	1122
18.3. Suspensão	1123
18.4. Destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança	1124
18.5. Advertência.....	1124
18.6. Prescrição.....	1125
18.7. Registro da Penalidade	1126
18.8. Competência para aplicação da Penalidade.....	1127
19. Processo Administrativo Disciplinar.....	1128
19.1. Sindicância.....	1129
19.2. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1130
19.3. Fases do Processo Administrativo Disciplinar	1130
19.4. Recurso e Pedido de reconsideração	1135
19.5. Revisão	1135
20. Processo sumário.....	1136
21. Aposentadoria do Servidor Público	1136
21.1. Regimes de Previdência.....	1137
21.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).....	1138
21.2.1. Breve histórico constitucional.....	1139
21.2.2. Características do RPPS	1140
21.2.3. Hipóteses de aposentadoria	1141
21.2.4. Valor da contribuição	1148
21.2.4.1. Contribuição de inativos	1149
21.2.4.2. Déficit atuarial e criação de contribuição extraordinária	1150
21.2.5. Teto do regime próprio.....	1150
21.2.6. Paridade e Integralidade	1151
21.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria.....	1152
 Vídeo.....	1153
21.4. Acumulação de aposentadoria	1153


22. Demais benefícios da seguridade social do servidor	1153
22.1. Benefícios dos segurados	1154
22.1.1. Salário-família	1154
22.1.2. Auxílio-natalidade	1154
22.1.3. Licença para tratamento de saúde	1154
22.1.4. Licença-gestante, adotante e paternidade	1155
22.1.5. Licença por acidente em serviço	1156
22.1.6. Assistência à saúde.....	1156
22.2. Benefícios dos dependentes	1156
22.2.1. Pensão por morte	1156
22.2.1.1. Beneficiários da pensão.....	1158
22.2.1.2. Exclusão da Pensão.....	1159
22.2.1.3. Acumulação de pensões	1160
22.2.1.4. Pensão provisória.....	1161
22.2.2. Auxílio-reclusão.....	1161
22.2.3. Auxílio-funeral	1162
22.2.4. Assistência à saúde.....	1162
23. Quadro Sinóptico	1162
24. Súmulas	1199
24.1. Súmulas do STF	1199
24.2. Súmulas do STJ	1201
24.3. Súmulas do TST	1201
25. Jurisprudências 2019/2020	1201
25.1. Informativo do STJ.....	1203
25.2. Informativos do STF.....	1206
26. Questões de Concursos	1208

Capítulo 15

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1215
1. Considerações iniciais	1215
2. Conceito	1216
3. Natureza jurídica das sanções de improbidade.....	1216
4. Dos agentes da improbidade administrativa	1217
5. Espécies de ato de improbidade e sanções aplicáveis	1221
5.1. Nova espécie de improbidade administrativa.....	1225
6. Procedimento da Ação Civil Pública por ato de improbidade	1226
7. Medidas cautelares	1228
 Vídeo.....	1229
8. Pedidos na ação de improbidade	1229
9. Da competência para julgamento da ação de improbidade	1231
10. Prescrição	1232
11. Aprofundamento para provas discursivas.....	1235
11.1. Inconstitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa.....	1235
11.2. Possibilidade de delação premiada nas ações de improbidade.....	1238


12. Quadro Sinóptico	1240
13. Súmulas	1244
13.1. Súmulas do STJ	1244
14. Jurisprudências 2019/2020	1244
14.1. Informativos do STJ	1246
15. Questões de Concursos	1247

Capítulo 16


INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	1253
1. Direito de Propriedade.....	1253
2. Intervenção do Estado na propriedade: fundamentos constitucionais	1254
3. Modalidades de intervenção	1256
4. Desapropriação	1256
4.1. Objeto da desapropriação.....	1257
4.2. Pressupostos da desapropriação	1258
4.2.1. Desapropriação Comum	1260
4.2.2. Desapropriação especial urbana	1263
4.2.3. Desapropriação Especial Rural.....	1265
4.2.4. Desapropriação Confisco.....	1266
4.3. Procedimento da Desapropriação.....	1269
4.3.1. Competência para desapropriar	1269
4.3.2. Fases do Procedimento	1271
4.3.2.1. Fase Declaratória	1272
4.3.2.2. Fase executória	1274
4.3.3. Execução por meio de mediação ou arbitragem	1275
4.4. Ação de desapropriação	1276
4.5. Correção monetária	1278
4.6. Juros compensatórios	1279
 Vídeo.....	1280
4.7. Juros moratórios	1281
4.8. Honorários advocatícios.....	1282
4.9. Ação de desapropriação rural.....	1283
4.10. Desapropriações diferenciadas.....	1285
4.10.1. Desapropriação privada	1285
4.10.2. Desapropriação indireta.....	1286
4.11. Situações específicas na desapropriação	1288
4.11.1. Direito de extensão.....	1289
4.11.2. Tredestinação e Retrocessão	1289
4.12. Desapropriação por zona.....	1293
4.13. Desapropriação de domínio útil.....	1294
5. Intervenções restritivas na propriedade privada.....	1295
5.1. Limitação administrativa.....	1295
5.2. Servidão Administrativa	1298
5.2.1. Constituição e extinção da servidão administrativa	1300

5.2.2.	Procedimento de instituição da servidão administrativa.....	1301
5.2.3.	Diferenças entre servidão civil e servidão administrativa.....	1302
5.3.	Tombamento.....	1303
5.3.1.	Bens objetos de tombamento.....	1305
5.3.2.	Obrigações decorrentes do tombamento.....	1307
5.3.3.	Indenização.....	1308
5.3.4.	Procedimento.....	1309
5.3.5.	Extinção.....	1310
5.3.6.	Tombamento X Servidão Administrativa.....	1311
5.4.	Requisição administrativa.....	1312
5.4.1.	Características e objeto da requisição.....	1312
5.5.	Ocupação temporária.....	1313
6.	Quadro Sinóptico.....	1314
7.	Súmulas.....	1337
7.1.	Súmulas do STF.....	1337
7.2.	Súmulas do STJ.....	1338
8.	Jurisprudências 2019/2020.....	1338
8.1.	Informativos do STJ.....	1340
9.	Questões de Concursos.....	1341

Capítulo 17

BENS PÚBLICOS	1349
1. Conceito.....	1349
2. Competência para legislar.....	1351
3. Classificação.....	1352
4. Afetação e desafetação de bens públicos.....	1353
5. Garantias.....	1354
 Vídeo.....	1356
5.1. Alienação de bens públicos.....	1356
6. Utilização de bens públicos por particulares.....	1358
6.1. Consentimento estatal para utilização especial de bens públicos.....	1360
7. Aquisição de bens – incorporação dos bens ao patrimônio público.....	1362
7.1. Aquisição contratual.....	1362
7.2. Aquisição legal ou por fenômenos da natureza.....	1363
8. Bens em espécie.....	1364
9. Aprofundamento para provas discursivas.....	1368
10. Quadro Sinóptico.....	1369
11. Súmulas.....	1374
11.1. Súmulas do STF.....	1374
11.2. Súmulas do STJ.....	1374
12. Jurisprudências 2019/2020.....	1374
12.1. Informativos do STJ.....	1379
13. Questões de Concursos.....	1380

Capítulo 18

PROCESSO ADMINISTRATIVO	1385
1. Introdução e conceito.....	1385
2. Finalidade do processo administrativo.....	1386
2.1. Obrigatoriedade dos processos administrativos.....	1388
3. Princípios aplicáveis ao processo administrativo	1388
3.1. Princípio da Oficialidade (Impulso Oficial).....	1389
3.2. Devido Processo Legal.....	1389
3.3. Contraditório e Ampla Defesa	1390
3.4. Instrumentalidade das formas	1393
3.5. Informalismo ou Formalismo Necessário	1393
3.6. Verdade Real	1394
3.7. Gratuidade.....	1395
3.8. Princípio da Legalidade.....	1395
3.9. Princípio da motivação.....	1395
4. Processo Administrativo Federal.....	1396
4.1. Aplicação Subsidiária	1397
4.2. Princípios previstos na lei 9.784/99.....	1397
5. Direitos e deveres dos particulares	1398
5.1. Legitimidade processual	1399
6. Início do processo	1400
 Vídeo.....	1400
7. Competência administrativa.....	1401
7.1. Suspeição e impedimento.....	1402
8. Dos atos processuais.....	1402
8.1. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	1402
8.2. Comunicação dos atos processuais	1403
9. Fases do processo administrativo	1404
9.1. Instauração	1404
9.2. Instrução processual, defesa e relatório	1405
9.3. Decisão	1407
10. Motivação dos atos processuais	1407
10.1. Da motivação <i>aliunde</i>	1408
11. Extinção do processo.....	1408
12. Anulação, revogação e convalidação de atos no processo.....	1409
13. Recursos administrativos	1409
13.1. Não recebimento do recurso e seus efeitos.....	1411
13.2. Da <i>reformatio in pejus</i>	1411
13.3. Da revisão.....	1412
14. Contagem de prazos.....	1412
15. Processo Administrativo Disciplinar	1412
15.1. Sindicância investigativa ou preparatória.....	1413
15.2. Sindicância contraditória ou acusatória	1413

15.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1415
15.3.1. Fases do Processo Administrativo Disciplinar.....	1415
16. Impugnações administrativas do julgamento	1422
16.1. Recurso e Pedido de Reconsideração	1422
16.2. Revisão	1423
17. Processo sumário.....	1423
18. Quadro sinóptico.....	1425
19. Súmulas	1437
19.1. Súmulas do STF	1437
19.2. Súmulas do STJ	1437
20. Jurisprudências 2019/2020	1438
20.1. Informativos do STJ	1440
21. Questões de Concursos	1441

Capítulo 19

ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1447
1. Introdução	1447
2. O estado regulador e a constitucionalização normativa.....	1448
3. A ordem econômica e seus fundamentos	1449
3.1. Valorização do trabalho humano	1449
3.2. Liberdade de iniciativa	1450
4. Princípios da ordem econômica.....	1450
5. Formas de atuação do estado	1451
6. Estado regulador	1451
6.1. Competências para intervenção.....	1452
6.2. Repressão ao abuso do poder econômico.....	1453
6.2.1. Hipóteses de abuso	1454
6.2.2. Espécies de abuso. Trustes, cartéis e <i>dumping</i>	1455
6.2.3. Práticas restritivas verticais.....	1455
6.3. Normas de repressão dos abusos.....	1456
6.3.1. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	1456
6.3.2. Responsabilização e sanções aplicáveis nos casos de infração à ordem econômica	1457
6.3.3. Acordo de leniência	1459
6.3.4. Controle de concentrações.....	1460
6.4. Controle do abastecimento	1461
7. Estado executor.....	1462
7.1. Exploração direta em regime de livre concorrência	1462
7.1.1. Regime das empresas estatais	1463
7.2. Monopólio estatal	1464
7.2.1. Atividades monopolizadas	1464
8. Quadro sinóptico.....	1465
9. Jurisprudências 2019/2020	1467
9.1. Informativos do STJ	1468
10. Questões de concursos	1469
BIBLIOGRAFIA	1475